

A TEORIA DA SIGNIFICAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA A REDUÇÃO ONTOLÓGICA EM GUILHERME DE OCKHAM

THEORY OF SIGNIFICATION AS A TOOL FOR ONTOLOGICAL REDUCTION IN WILLIAM OF OCKHAM

Guilherme Grané Diniz¹

Resumo: O presente artigo tem por escopo realizar uma análise breve de temas presentes na primeira parte da Suma de Lógica de Guilherme de Ockham. A ideia central consiste em mostrar como nesse texto Ockham está pondo em operação um esquema teórico por meio do qual busca apresentar uma solução à querela dos universais. Consonante com seu princípio de que a teoria mais adequada é geralmente a mais simples, Ockham busca solucionar a questão mostrando que os universais apenas são reais enquanto termos lógicos, de modo que não pertencem à ontologia. Assim, fica delineada uma teoria com o menor compromisso ontológico possível.

Palavras-chave: Ockham. Universais. Ontologia. Lógica.

Abstract: The present paper has for reach to accomplish a brief analysis of themes present in the first part of the “Summa Totius Logicae”, by William of Ockham. The main idea is to show how in this text Ockham is putting into work a theoretical scheme through which he tries to present a solution to the problem of universals. In consonance with his principle that the most adequate theory is usually that which is more simple, Ockham tries to solve the question by showing that universals are only real as logical terms, in such a way that they don’t belong in ontology. Thus, it is outlined a theory which bears the least ontological burden possible.

Keywords: Ockham. Universals. Ontology. Logic.

* * *

Segundo um dos principais filósofos do Direito do último século² Guilherme de Ockham foi o autor que inaugurou o pensamento moderno acerca do Direito. Mais ainda, o que há de propriamente moderno em seu pensamento jurídico foi seu nominalismo. Ghisalberti³ e de Murault⁴ vão mais longe, afirmando que o nominalismo de Ockham foi um dos pontos de virada que levaram à passagem entre pensamento medieval e moderno. Esta doutrina ou teoria foi um dos pontos centrais do que

¹ Mestrando em Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. E-mail: guilhermegranediniz@gmail.com

² Villey, Michel; A formação do Pensamento Jurídico Moderno, p. 221-2.

³ Ghisalberti, Alessandro; As Raízes Medievais do Pensamento Moderno, p. 58.

⁴ De Murault, Andre; A Metafísica do Fenômeno, p. 146.

poderíamos chamar certo projeto filosófico constante da obra de Ockham. No presente texto, buscaremos traçar alguns pontos e considerações referentes a esse pensamento e esse projeto. Principalmente, nos debruçaremos sobre trechos de uma de suas principais obras: “Suma de Lógica”. Fazendo isso, pretendemos evidenciar algo acerca dessa doutrina que se encontra na raiz do pensamento moderno.

Uma das mais pungentes questões filosóficas debatidas no fim da Alta Idade Média era a chamada *querela dos universais*. Esta parece ter encontrado sua formulação primeira ou principal na obra *Isagoge*, de Porfírio, um comentário às *Categorias* de Aristóteles. A obra de Porfírio era um texto básico para os cursos de lógica medievais, de modo que parece ter sido bastante conhecida dos autores da época. A querela dizia respeito, inicialmente, aos universais, entenda-se, aos gêneros e às espécies. Mais especificamente, o que estava em jogo eram as próprias condições de possibilidade do saber humano, porque até então aceitava-se que o que era apreendido de modo primeiro ou mais próprio pelo intelecto era o universal e não o singular⁵ (não é o caso de adentrar as fundamentações metafísicas e epistemológicas para tanto). Também não se tratava apenas de uma questão lógica ou epistemológica. Aceitava-se então estes universais constituírem a própria natureza das coisas singulares existentes no mundo, as quais seriam diferentes entre si apenas devido a seus acidentes. O problema do conhecimento neste sentido deriva da questão de saber o que é a natureza da coisa a se conhecer. Se o universal é o termo principal sobre o qual se estrutura todo o conhecimento conseguimos entender, portanto, de onde advém a necessidade de saber o que é um universal e que esta questão é primordial para a construção de qualquer outra forma de conhecimento. A tradição aristotélica propunha a respeito dos universais uma definição: “aquilo que se predica de muitos”. Esta definição de caráter genérico será a base comum para todos ou a maioria dos autores que se debruçarem sobre a questão. Porfírio logo no início de seu tratado explica que a despeito da definição ainda ficam algumas questões sem elucidação, quais sejam:

- 1) “se são [gênero e espécie] realidades subsistentes em si mesmas ou se consistem em simples conceitos mentais;

⁵ Santos, Antonio Raimundo dos; *Repensando a Filosofia: Prólogo do Comentário de Guilherme de Ockham às Sentenças, Questão 1ª*, p. 30.

- 2) “ou, admitindo que sejam realidades subsistentes, se são corpóreas ou incorpóreas e,
- 3) neste último caso, se são separadas ou se existem nas coisas sensíveis e delas dependem”⁶

O próprio Porfírio nos diz que tais questões são por demais complexas e que em sua obra introdutória não cabe fornecer respostas a elas⁷. Ainda assim, parece que, de um modo ou de outro, vários dentre os principais autores medievais buscaram direta ou indiretamente resolver a estas questões, inclusive Guilherme de Ockham. Não nos interessa aqui exatamente olhar no detalhe como o *venerabilis inceptor* respondeu a cada um destes três itens, mas sim focar em um ponto particularmente muito interessante de sua resposta e que se tornou uma marca muito própria de sua filosofia.

Talvez a herança mais conhecida que Ockham tenha deixado à história das ideias seja seu princípio de parcimônia, ou, como ficou difundido pela posteridade, a Navalha de Ockham. Por meio deste afirma-se que “inutilmente se faz por mais aquilo que se pode fazer por menos”⁸. Entenda-se, quando podemos explicar algo nos utilizando de um menor número de entidades e seres ou elementos em nossa explicação, o fazemos melhor deste que de outro modo. Ockham assume que de uma teoria ou explicação espera-se sumariade e evidência. Uma teoria que se baseia muito fortemente em termos muito abstratos é de difícil comprovação e fácil refutação⁹. Ao buscar resolver a primeira questão da querela dos universais ele prezara por uma resposta que do ponto de vista da necessidade de postular a existência de diversos seres seja mais eficiente, em outras palavras, ele procede a uma redução no campo da ontologia. Mais exatamente, ele consegue fazer com que os universais, que até então eram geralmente considerados como existentes do ponto de vista ontológico¹⁰ (aceitava-se a primeira possibilidade dada por Porfírio), passem ao campo do lógico (segunda possibilidade).

⁶ Porfírio de Tiro, *Isagoge*, p. 35-6

⁷ De modo a evitar o excesso de referências, remetemos o leitor, para todo este ponto a respeito da querela dos universais, cf. Estêvão, Abelardo e Heloísa, cap. IV, 2

⁸ Guilherme de Ockham; *Lógica dos Termos*; p. 154

⁹ Trata-se, como afirma o próprio nome, de um princípio, ou seja, o autor não nos fornece exatamente razões para justificá-lo. Acerca do funcionamento detalhado deste princípio, é justamente sobre o que veremos alguns tópicos no presente artigo.

¹⁰ Tome por exemplo a posição de Aquino, Tomás de; *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* – Questões 5 e 6, p. 76.

Sua principal ferramenta nesta transição é uma arrojada teoria da significação, a qual toma por ponto de partida uma consideração constante da obra de Boécio – sua distinção entre os tipos de signo – e passa à formulação de uma detalhada sintaxe dos termos mentais, a qual garante que os universais estejam dentre eles incluídos de um modo capaz de dar conta da possibilidade do conhecimento. O principal mérito do modo pelo qual se explica o funcionamento das significações é que assim se elimina a necessidade da existência concreta dos universais fora da mente, fazendo com que subsistam apenas os singulares. A teoria se completa quando consegue explicar também como estes podem ser apreendidos enquanto tais, o que era um ponto controverso nas doutrinas da época; mas isto especificamente já foge de nosso escopo. O que cabe aqui apresentar em detalhe é a teoria da significação em Guilherme de Ockham, a qual se encontra principalmente nos primeiros 77 itens da Suma de Lógica, e então mostrar como ela se articula em algumas de suas distinções no sentido de permitir a já dita eliminação dos universais ontológicos.

Portanto, de início¹¹, cumpre sabermos que a distinção que se faz é entre três tipos de termos, o mental, o falado e o escrito. Uma breve nota quanto à relação entre os termos falados e escritos: Ockham pouco elabora na distinção entre estes dois tipos de termos, já que a respeito deles aplicam-se no geral as mesmas regras, sabendo que em relação à sua ordenação o escrito está para o proferido assim como este se encontra para o mental. Ainda, ressalvada a diferença óbvia de que um se percebe pelo ouvido e outro pelo olho e tudo o que decorre naturalmente disto. É por isto que também quando falarmos aqui em um, já deve ficar o outro subentendido, salvo quando o contrário for explicitamente ressalvado. Façamos aqui ainda mais alguns esclarecimentos preliminares. Um argumento se compõe de proposições e uma proposição se compõe de termos. Na verdade, o termo define-se pela proposição: “Chamo termo aquilo em que a proposição se resolve, como o que é predicado e o de que é predicado, unido ou separado pelo ser ou não ser”¹². Nesta primeira definição, termo é então ou o sujeito ou o predicado de uma proposição enunciativa (“*A é B*”; na qual o termo é “*A*” ou “*B*”). Este trecho é um dos que dá azo ao debate sobre se a lógica de Ockham é “atomista” ou

¹¹ Nesta primeira parte do trabalho buscaremos expor brevemente os primeiros capítulos da Suma de Lógica. Para evitar o excesso de referências, remetemos o leitor a Guilherme de Ockham; Lógica dos Termos; p. 118-26 para todo este trecho

¹² Guilherme de Ockham, Lógica dos Termos, p. 118. A definição é de Aristóteles.

“proposicionalista”, ou seja, se o foco da lógica occamiana está nos termos fora da proposição ou não¹³.

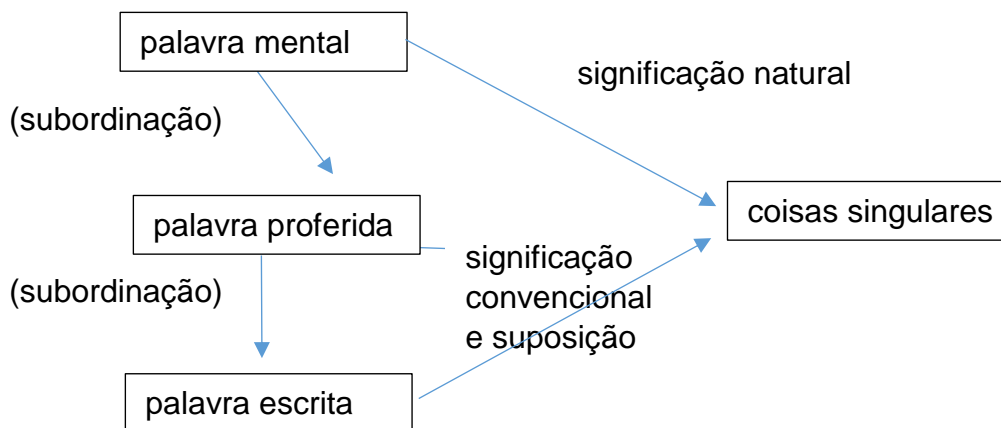
O termo escrito e o termo proferido, como facilmente se imagina, podem ser percebidos no mundo pelos órgãos dos sentidos. O mesmo não ocorre com o termo mental, já que sua existência é interna ao sujeito; ele não apenas é naturalmente não expresso, mas inexprimível. Consiste ele numa paixão da alma que tem por função significar algo cuja existência se dá fora dela. Perceba-se que este termo mental é justamente uma inteligência qualificada por sua capacidade significativa. Todos os três tipos de termos significam, mas existe uma diferença essencial entre eles, o termo mental significa de forma natural, enquanto que o termo escrito e o proferido significam de forma convencional. Ghisalberti explica que significar de forma natural envolve como que uma reação psicossomática por parte do intelecto em face do objeto. Assim como um grito de dor é a expressão espontânea do ser face à dor, o conceito é uma expressão linguística espontânea do intelecto face a um objeto ativo em relação a ele. O importante é notar como esta relação vai além da mera causalidade para atingir uma noção de expressividade¹⁴.

Significar de forma natural envolve primeiramente a imutabilidade da significação. Atribuído um termo mental para representar uma coisa no mundo, este não pode ser jamais mudado, diversamente do que ocorre com as palavras, as quais percebem-se estarem submetidas ao fluxo histórico das línguas que nascem, morrem e se alteram. Mas, talvez ainda mais relevante para a argumentação que se desenvolve, significar naturalmente envolve a impossibilidade de qualquer arbitrariedade ou convenção na constituição da significação. O objeto, uma vez apreendido, causa na mente daquele que o conhece o termo mental como um signo de si sem que o sujeito possa escolher como isto ocorrerá. Isto é um garante de que a todos esta significação será pelo menos semelhante, já que o mundo ao qual se atribui significado é compartilhado pelas pessoas e as coisas que causam signos mentais são para todos as mesmas, bem como a constituição do intelecto dos homens também é semelhante entre todos. Assim fica garantido desde logo um fundamento bastante relevante para a universalidade do conhecimento que não envolve ainda necessariamente a existência dos universais no mundo.

¹³ Em outros contextos da obra de Ockham será possível compreendermos o termo como tendo valor a despeito de seu contexto proposicional, mas não é o caso aqui, tampouco esses nos interessam.

¹⁴ Ghisalberti, Alessandro; Guilherme de Ockham, p. 81-2

O signo proferido significa apenas de modo secundário. Isto deve ser entendido de um modo bastante específico. Tal tipo de significação não é natural, os povos estabeleceram por convenção as diversas línguas e atribuíram palavras e sons os mais diversos para representarem as mesmas coisas que representam primariamente os signos mentais. A palavra falada significa a mesma coisa que o termo mental o qual ela foi escolhida convencionalmente para representar, de modo que ela é subordinada. Por isso Ockham pode dizer que se o conceito mudasse seu sentido (o que ele na verdade não pode fazer), a palavra falada mudaria também sem que fosse necessário instituí-la novamente. No fim, a linguagem mental, por ser naturalmente adquirida, é o garante de que o conhecimento é o mesmo para todos. Claude Panaccio, em um comentário deveras instrutivo a respeito da lógica de Ockham, traduziu este trecho da teoria da significação em uma ilustração esquemática¹⁵ cuja reprodução parece ser interessante, já que torna a coisa bastante inteligível.



Considerando que existe esta distinção entre um tipo de termo cuja significação é natural e outro que a tem de modo convencional, é importante sabermos exatamente dentro de algumas regras de validade gramaticais quais são pertinentes a qual linguagem. Como a linguagem proferida é subordinada à mental, os acidentes gramaticais que existem nessa também deverão existir naquela, enquanto que o contrário não é absolutamente verdadeiro. Mais do que sabermos exatamente quais são estas classes gramaticais, o importante é termos em mente qual a origem desta distinção.

¹⁵ Panaccio, Claude; *Semantics and Mental Language*, p. 55. Tomamos algumas liberdades para tentar tornar o esquema apresentado ainda mais claro, acrescentando considerações trazidas por Eco, Umberto; *Scritti sul Pensiero Medievale*, p. 903.

Os acidentes gramaticais que surgem na linguagem mental e se repetem na proferida surgem por necessidade da significação. Por exemplo, quando se trata da voz passiva e da voz ativa, a distinção entre elas é natural. O que se quer dizer é que de algum modo ter em seu intelecto o verbo mental “ama” e ter o verbo mental “amado” corresponde a ter intelecções diversas. Isto serve primeiramente para que se possa realizar uma prova lógica (independente da intuição no mundo) da veracidade de um proferimento através somente da verificação dos acidentes gramaticais que sejam pertinentes à linguagem mental. Uma vez que estes são naturalmente adquiridos, sabemos que eles têm, necessariamente, um correspondente no mundo. Em outras palavras: quando os proferimentos da linguagem convencional operam confundindo os acidentes necessários da linguagem mental, sabemos de antemão que esses proferimentos estão errados. Contudo, o que talvez seja realmente importante ressaltar seja então o outro lado do jogo, os acidentes da gramática pertinentes apenas à linguagem convencional. Consideremos o gênero, que é um destes. Dizer “o homem é branca” seria algo, de acordo com Ockham, inadequado, mas não incorreto. Isto porque a distinção entre gêneros seria instituída apenas com o fim de ornamentar o discurso, bem como se faz com os nomes sinônimos. Assim, se retira do mundo a distinção ontológica entre os gêneros e entre seres que poderíamos julgar serem diversos apenas por terem nomes, um no masculino ou no feminino, mas sendo na verdade sinônimos. O mesmo se repete com as outras distinções que residem apenas na linguagem convencional; a elas nenhuma diferença na realidade corresponde.

Ainda assim, “termo” pode ser compreendido em sentidos diversos. Aqui ainda não estamos tratando das subdivisões dos termos, o que faremos em breve, mas sim dos modos pelos quais podemos entender a própria palavra “termo”. Até aqui tomamos por termo qualquer coisa que seja parte de uma proposição. Quando se fala dele deste modo, podemos nomeá-lo termo incompleto, na medida que é o que se distingue duma proposição complexa. Parece também que mais adiante é deste modo que Ockham empregará os termos, ao menos na maioria das vezes. Enfim, neste sentido, qualquer palavra pode ser termo e as considerações aqui feitas aplicam-se a eles de modo independente do contexto proposicional. Neste ponto é razoável falarmos em uma lógica atomista. De qualquer modo, existem ainda dois sentidos nos quais se fala de “termos”. No primeiro deles, termo é tudo aquilo que pode ser cópula ou extremo da proposição categórica. A peculiaridade marcante deste sentido é que orações podem ser compreendidas como termos também. O exemplo de Ockham é claro o suficiente,

vejamos: "O homem é um animal é uma proposição verdadeira"¹⁶. Podemos notar aqui que o sujeito da proposição já é em si a proposição "o homem é um animal". A terceira noção de termo, por sua vez, assemelha-se à que acabamos de expor, mas exclui de si os termos sincategoremáticos. Ockham continuará a usar principalmente o termo incompleto em sua exposição, como feito até agora.

A distinção dos termos entre categoremáticos e sincategoremáticos é um dos pontos mais relevantes para a lógica de Ockham, conforme poderemos em breve perceber. Primeiramente cumpre então informar que ela cabe não apenas para os termos que significam de modo convencional, mas também àqueles que significam naturalmente, ou seja, ela é uma categoria da qual todos os homens compartilham e que adquirem por meio da própria apreensão do mundo. O nome categoremático é mais simples e trivial. Ele possui uma significação "determinada e certa", mesmo que esta seja abstrata. São palavras comuns que usamos corriqueiramente como "homem", "cavalo" ou "cadeira", que estando dentro ou fora de uma oração, junto com outras ou separadas, tem um significado, são capazes de nos trazer algo à mente. Já o nome sincategoremático não possui por si uma significação, ele apenas a adquire quando é acrescentado a algum termo categoremático ou a uma proposição, caso no qual então passará a significar ou supor de modo conjunto a este, modificando a suposição que o categorema já possuía de qualquer modo sem ele. Exemplos de termos sincategoremáticos são "todo", "nenhum", "algum", "exceto", etc. Então, quando simplesmente dizemos "todos", não estamos nos referindo a nenhuma realidade extramental em particular. Já quando falamos "homens", estamos. Quando enfim juntamos ambos e pronunciamos "todos homens", por mais que o termo sincategoremático não tivesse por si em primeiro lugar significado algum, ele é capaz de alterar o significado do termo categoremático ao qual se uniu e agora tal locução se refere a uma nova coisa. Como nota Paola Müller, em sua introdução à Primeira Parte da Suma de Lógica, o valor semântico do termo sincategoremático é linguístico, e, como esta distinção também se aplica aos termos mentais, ele também é lógico. Na verdade, é apropriado dizer que os termos sincategoremáticos são os operadores lógicos. Contudo, o termo sincategoremático é sem significado por si, ou seja, não remete a uma coisa fora da mente, não existe no mundo algo que seja "todos" ou "algum". Não precisamos supor a existência no mundo de nenhum operador lógico.

¹⁶ Guilherme de Ockham, *Lógica dos Termos*, p. 121

Estamos neste ponto, portanto, tentando exatamente compreender como um termo relaciona-se com um objeto extra mental. Ockham já nos deu uma série de regras referentes às noções gerais de sua teoria da significação, elas nos permitem considerar exatamente o que é um signo. Para prosseguirmos, cabe agora explicitar um pouco mais em detalhe exatamente como funciona este processo de significação no termo quando não inserido no contexto proposicional. Note-se que estas considerações servem tanto para os termos em sua função natural quanto convencional, trata-se aqui de buscar os modos mais gerais pelos quais a própria função de significar atua.

Quando considerados sob o aspecto do modo como significam, os nomes ou termos podem ser puramente absolutos ou conotativos.¹⁷ Primeiramente cumpre definir. O termo absoluto é aquele que significa a todos os seus significados do mesmo modo. O exemplo que Ockham dá é excelente: “animal” pode significar tanto o homem quanto o boi ou o asno, e significa a todas estas coisas da exata mesma maneira, e não uma de modo primeiro e outra de modo segundo. Destes não se pode exatamente dizer terem uma definição, justamente porque “animal” não é nem o boi, nem o asno nem o homem; para que algo tenha uma definição espera-se que ele possa ser expresso por apenas uma oração ou termo ou se por vários ao menos que todos estes importem a mesma coisa, o que obviamente não é o caso. Já o termo relativo funciona justamente do modo oposto, ele possui uma significação principal e outra secundária. É o que acontece, por exemplo, com a palavra “branco”. Define-se “branco” como “algo que tem brancura”. Ora, nesta definição fica claro como “branco” está primeiramente significando “algo” e apenas de modo secundário importa este “que tem brancura”. Parece que quando consideramos este exemplo dentro da gramática latina ele fica ainda mais claro, mas não convém aqui.

Panaccio¹⁸ explica que quando Ockham discorre sobre os termos absolutos na verdade está tratando da forma básica de significação do termo, que apresentamos logo no início. Estes termos não possuem uma definição justamente porque significam todos os seus significados da mesma forma. Então, quando falamos em “cavalo” não estamos nos referindo mais a um cavalo do que a outro, importante notar também que não estamos nos referindo a um cavalo abstrato ou a uma “cavalidade” ou coisa que o valha. O termo “cavalo” significa todo e cada cavalo individual que existe, ou até mesmo que

¹⁷ Novamente, com o fim de evitar o excesso de referências, remetemos para toda esta seção do texto à *Lógica dos Termos*, p. 146-9

¹⁸ Panaccio, Claude; *Semantics and Mental Language*, p. 56

tenha existido, existirá e possa existir. O importante é notar como este termo não importa nada além das coisas singulares

A segunda classe de termos é na verdade muito mais extensa do que a primeira (inclui todas as categorias, exceto substância e qualidade). É importante perceber que estes termos são dotados de uma significação primeira (nos moldes da teoria geral da significação tratada logo no início) à qual se acrescenta uma conotação. Estes são os termos que tem propriamente uma definição, uma oração que expresse seu *quid*; entenda-se, são os nomes realmente capazes de definir as essências das coisas que definem, enquanto que os nomes absolutos apenas fazem por descrevê-las. Os universais, entendidos como termos, estão nesta categoria. É importante aqui perceber brevemente que Ockham respondeu à primeira questão de Porfírio dizendo que os universais não têm existência fora do corpo, mas apenas enquanto conceitos ou termos. Ora, a própria definição mais acima tratada dizia que universal é o que se “predica” de muitas coisas. Predicar é uma função linguística, o universal é aquilo que serve como predicado para muitas coisas. Na verdade, o universal é o signo que pode significar um grande número de coisas mas ainda assim ser apenas um no intelecto de quem possui este signo. Como a relação de significação, no que tange ao termo mental, é natural, também o é o universal. Isto é importante pois já de início coloca os universais como um problema a ser resolvido pela lógica, já que eles existem apenas como signos naturais (eles também podem existir como signos convencionais, mas estes não interessam a Ockham e de qualquer modo também não são problema para a ontologia).¹⁹

Parece que quando consideramos esta distinção inserida no projeto mais geral (desincumbir a ontologia de figuras não fundamentais), ela é um operador extremamente relevante para proceder à redução ontológica, especialmente no que tange aos termos conotativos. Isto porque ela permite evitarmos incluir na ontologia categorias especiais de seres como “relação” ou “quantidade”. É o que acontece quando pensamos, por exemplo, no termo “pai”. Ele conota consigo já a noção de “filho”. Quando dizemos que o termo “pai” significa primariamente os pais singulares e secundariamente seus filhos, isto dá conta de definir o termo sem que seja necessário incluir a relação como algo ontologicamente existente. Isto também serve para os universais, quando pensamos neles de modo bastante simples como gêneros e espécies.

¹⁹ Guilherme de Ockham, *Lógica dos Termos*, p. 160-1.

Quando falamos em um “animal cordado”, isto significa de modo primeiro “animal” e de modo segundo “que tem coração”. Em nenhum momento é necessário considerarmos que existe no mundo uma “cordaticidade” que faça as vezes de natureza ou essência desse animal cordado, já que sua definição pode ser perfeitamente dada com recurso apenas aos seres singulares “animal” e “coração”.

Os termos, tanto absolutos quanto conotativos, ao serem inseridos numa proposição adquirem uma nova propriedade, chamada “suposição”²⁰. Esta qual trata dos modos pelos quais o contexto fático ao qual se refere a oração influencia na determinação da significação do termo. Na verdade, mais propriamente dizendo, “suposição” quer dizer “posição por outro”, estar na proposição no lugar de alguma outra coisa que não o pode (pois não é termo, é um ser presente no mundo). Ora, termos são signos, sua função é justamente evocar aquilo que eles não são. Ainda assim, o que dizíamos é que é impróprio dizer que a suposição sempre trata da significação do termo, porque por vezes o termo supõe de um modo que não é o mesmo pelo qual ele significa. Existem três formas de suposição: a pessoal, a simples e a material. Na primeira, de fato o termo supõe por aquilo que ele significa; quando falamos “Sócrates é branco”, a palavra “Sócrates” está no lugar da própria pessoa de Sócrates, a qual por motivos óbvios não pode compor uma sentença. Podemos perceber que o termo aqui supõe por aquilo que ele já normalmente significa. A suposição simples ocorre quando o termo é tomado de modo não significativo por um termo mental. É importante ressaltar o “de modo não significativo” pois é possível que um termo seja tomado de modo significativo por um termo mental (e. g. toda espécie é um universal), caso no qual supõe pessoalmente. Na suposição simples já o termo não mais significa, ao menos no sentido próprio da expressão. Enfim, na suposição material o termo é tomado de modo concreto, pelas letras ou sons que o compõem, ou seja, pela palavra escrita ou falada (e. g. “gato tem cinco letras”; por óbvio que não se trata do gato enquanto um animal, felino, mas sim da palavra “gato” enquanto sinal escrito). Talvez já se tenha percebido, mas é cabível sempre lembrar que esta distinção dentre as suposições se aplica tanto aos termos mentais quanto aos falados e escritos.

Tal distinção também é essencial no projeto de redução ontológica proposto por Ockham. Como fica bastante claro, quando falamos algo a respeito de universais geralmente estamos supondo de modo simples, já que estes são termos mentais. Mas

²⁰ Este trecho comenta a passagem *Lógica dos Termos*, p. 313-8

assim, não estamos tratando de significação, ou seja, não é preciso que exista no mundo um referente que cause em mim o signo “homem” enquanto termo mental e ao qual eu possa me reportar quando eu digo “homem é um universal”, pois neste caso “homem” não está supondo pessoalmente. Não estamos tratando daquilo que o termo naturalmente significa, mas sim de uma função derivada adquirida contextualmente, por meio da qual o termo “homem” passa a referir-se ao termo mental universal e não mais às coisas do mundo. Ainda mais pungente neste sentido é a compreensão de que quando um termo supõe por seu signo mental ou por uma palavra escrita ou proferida, seus referentes também são sempre singulares, mesmo se universais, genéricos, etc., o que não necessariamente ocorreria se ao invés de uma teoria da suposição buscássemos explicar estes diversos referentes como coisas existentes no mundo, de modo que a ontologia se torna ainda mais enxuta²¹.

Rumando à conclusão, Ockham passa a maior parte destes primeiros capítulos da Suma de Lógica estabelecendo distinções detalhadas entre quais aspectos da linguagem pertencem às linguagens convencionais e quais à natural. Algumas destas nós observamos mais em detalhe aqui, outras não, mas o sentido geral que parece estar subjacente a todas estas distinções é simplesmente o de nos possibilitar evitar a confusão entre as distinções criadas pelos homens e as que advém da natureza. Por vezes o homem cria palavras por motivos de mera convenção e busca atribuir a elas uma significação distinta daquela que é propriamente sua (a significação secundária do termo mental). Isto leva a um emaranhado de confusões, primeiramente do ponto de vista da lógica, mas também da ontologia, conforme já várias vezes aqui se repisou. Por isto pode Ockham afirmar que o estudo da lógica é preliminar e essencial, deve ser necessariamente feito antes de todos os outros²²; pois é pela lógica que saberemos quais distinções surgem da natureza e quais não, e a que exatamente eles correspondem; ou seja, saberemos o que a metafísica precisa ou não estudar²³.

Enfim, pudemos observar já que Ockham considera os universais como signos e não entidades subsistentes corporalmente fora do intelecto de quem às apreende. Por causa disto, entendermos como funciona sua teoria da significação envolve também compreender como funciona a relação entre o universal e os particulares que ele significa. Mas, conforme fora anunciado logo ao início deste trabalho, nosso ponto

²¹ Panaccio, Claude; *Semantics and Mental Language*, p. 59

²² Guilherme de Ockham; *Suma de Lógica*, p. 117-8

²³ Estevão, José Carlos; *Guilherme de Ockham e a Ruptura da Tradição Política Medieval*, p. 23-4

principal não era tanto operar isto, mas sim perceber como por meio da explicação desta relação Ockham consegue garantir em uma série de instâncias específicas, que melhor definem a abrangência de sua tese geral a respeito dos universais, que os entes não sejam necessários na ontologia, realizando portanto esta redução ontológica e fazendo com que sobreem enquanto realidades subsistentes de modo independente apenas seres singulares, inclusive os termos mentais e proferidos, existentes logicamente enquanto unidades constitutivas da linguagem. Parece que de fato Ockham conseguiu realizar com algum sucesso a passagem de uma série de elementos ontológicos para o âmbito da lógica de uma forma coerente e econômica, de um modo deveras consistente com o projeto geral dessa obra.

Referências

- AQUINO, T. *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio – Questões 5 e 6*. Editora UNESP: São Paulo. 1998.
- De Murault, A. *A metafísica do Fenômeno*. Editora 34: São Paulo. 1998
- ECO, U. *Scritti sul Pensiero Medievale*. Bompiani: Milano. 2013.
- ESTÊVÃO, J. *Abelardo e Heloísa*. Paulus: São Paulo, 2015
- _____. Guilherme de Ockham e a Ruptura da Tradição Política Medieval in *Revista Em Curso*, 2014, nº 1, p. 5-27
- GHISALBERTI, A. *As Raízes Medievais do Pensamento Moderno*. Edipucrs: Porto Alegre. 2001
- _____. *Guilherme de Ockham*. Edipucrs: Porto Alegre, 1997
- OCKHAM, G. *Lógica dos Termos*. Edipucrs: Porto Alegre, 1999
- PANACCIO, C. Semantics and Mental Language, in Spade, P. (org.); *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge University Press: Cambridge, 1999
- PORFÍRIO DE TIRO. *Isagoge*. Attar Editorial: São Paulo, 2001
- SANTOS, A.; *Repensando a Filosofia: Prólogo do Comentário de Guilherme de Ockham às Sentenças, Questão 1ª*. Edipucrs: Porto Alegre, 1997
- VILLEY, M.; *A Formação do Pensamento Jurídico Moderno*. Martins Fontes: São Paulo, 2009.